

direito financeiro

▶ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS: LDO

A LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo pl o próximo ano. A LDO é uma orientação pl a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual, é um elo entre os dois documentos.

Uma das principais funções da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA.

importante → É papel da LDO ajustar as ações do governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão a possibilidade de prioridade na execução do orçamento subsequente.

↳ algumas disposições do LDO são: reajuste do salário mínimo, quanto deve ser o superávit primário do governo pl aquele ano, e ajustes na cobrança de tributos.

Também é a LDO que define a política de investimentos das agências oficiais do fomento, como BNDES.

↳ A LDO delimita o que é ou não possível realizar no ano seguinte.

▶ LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL: LOA

A LOA é o orçamento anual propriamente dito. Prevê os orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimentos das estatais.

↳ os gastos do governo pl o próximo ano são todos previstos na LOA.

importante → a LOA é dividida por temas, como por exemplo saúde, educação e transporte.

É previsto também quanto o governo deve arrecadar pl que os gastos programados possam ser executados.

↳ a arrecadação acontece por meio de tributos.

No caso da União, a LOA também deve ser enviada

ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano.

▶ LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: LRF

A LRF é uma lei complementar que regulamenta a utilização de recursos públicos. O principal objetivo é fazer com que os governantes controlem seus gastos, respeitando os limites das despesas e cumprindo metas orçamentárias.

↳ lei importante p/ a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

As responsabilidades fiscais que a lei introduziu recaem sobre todas as áreas públicas que exercem alguma administração sobre esse dinheiro, ou seja, é voltada aos 3 poderes.

importante → a maioria das regras da LRF está focada na gestão realizada pelo poder executivo.